

O PERIÓDICO CATÓLICO PELOTENSE “A PALAVRA”: ASPECTOS SOBRE A IGREJA CATÓLICA E A EDUCAÇÃO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX¹

Giana Lange do Amaral

Resumo

Desde o século XIX e, fundamentalmente, nas primeiras décadas do século XX, a Igreja Católica combatia a laicização e a secularização e, por extensão, todos os movimentos político-sociais e culturais que defendessem essas idéias. Nesse contexto, a Igreja, em Pelotas, preocupou-se com as atividades clericais e aquelas voltadas para a educação, ligadas à propagação da “boa imprensa” (cujo principal veículo era o periódico A Palavra), à criação de estabelecimentos de ensino que atendessem a várias camadas da sociedade e à criação de agremiações políticas que faziam frente a certos segmentos da sociedade que ofereciam resistência à sua atuação.

Palavras-chave: História da Educação; Igreja Católica e educação; educação em Pelotas.

"A PALAVRA", A CATHOLIC JOURNAL IN PELOTAS: ASPECTS REGARDING THE CATHOLIC CHURCH AND EDUCATION AT THE BEGINNING OF THE 20th CENTURY

Abstract

Since the nineteenth century, and fundamentally in the first decades of the twentieth century, the Catholic Church fought the secularization and also the political, social and cultural movements that advocated this idea. In this context, the Church in Pelotas was concerned about the clerical activities and those related to education, linked to the propagation of the “good press” (which the main vehicle was the periodical “A Palavra”), to the creation of schools opened to various society classes and to the creation of political societies that faced certain society segments and that offered resistance to its performance.

Key-words: History of Education; Catholic Church and education; Education in Pelotas.

¹ Este texto tem por base reflexões feitas em minha tese de doutorado defendida em 2003 junto ao PPGEdU/UFRGS. Nele foi mantida a grafia original dos documentos utilizados.

1. Palavras iniciais

No Brasil, o regime republicano consolidou a separação entre a Igreja Católica e o Estado. Até então, o Catolicismo era a religião oficial do país, o casamento religioso tinha validade civil e os clérigos recebiam salários do governo. O *padroado*, por sua vez, submetia a Igreja à tutela governamental, pois as decisões do Vaticano deviam receber o *beneplácito*, ou seja, a aprovação do governo, para terem validade em nosso país. Com a Constituição Republicana de 1891, foi posto fim ao *regalismo*², que sustentava essa inter-relação de interesses entre a Igreja e o Estado.

Se no final do século XIX e primeiros anos do século XX consolidam-se os movimentos anticlericais no Brasil - aglutinados fundamentalmente pela Maçonaria - a Igreja Católica, por sua vez, liberta de uma relação de subserviência ao Estado, realiza reformas internas que ajudam a melhorar sua imagem. A decadência institucional das décadas anteriores é revertida pelo fortalecimento das ordens religiosas, que passam a recrutar e a importar novos membros. Muitas congregações religiosas entram no Brasil no final do século XIX e fundam colégios.³ É instituído um maior controle sobre as atividades clericais bem como um processo de expansão e descentralização das dioceses, que acabam por recuperar para a Igreja um espaço que vinha sendo perdido.

Através da intensa *romanização*, a Igreja Católica, no Brasil, supera a situação de decadência enfrentada ainda nos primeiros anos da República Velha e revitaliza-se, apresentando uma postura mais ágil e agressiva, assumindo, no final deste período, uma incontestável hegemonia ideológica (TAMBARA, 1995).

A busca de fortalecimento institucional da Igreja tinha como meta a fundação e propagação da “boa imprensa”, a oposição ao ensino leigo assim como a organização das forças católicas no terreno político - atingindo o governo e as instituições, visando trazer de volta a nação ao catolicismo. Tudo isso sem se descuidar das questões sociais provocadas pela luta entre o capital e o trabalho, terreno fértil à divulgação de doutrinas tidas como revolucionárias, subversivas e inimigas da ordem proposta pelo catolicismo. Esse empreendimento restaurador da Igreja

² Doutrina que defende a ingerência do chefe de Estado em questões religiosas.

³ Em MOURA (2000), é apresentada uma lista desses colégios, sendo identificados o ano de sua fundação, o município onde se localizam e sua respectiva mantenedora.

fazia-se através de ações de combate à secularização e da busca de apoio do Estado em defesa do monopólio religioso (DIAS, 1996, p. 26).

No presente texto, o periódico católico *A Palavra* constituiu-se em uma fonte fundamental, pois, através dele, foi possível uma leitura das manifestações contemporâneas aos acontecimentos na cidade de Pelotas bem como uma real aproximação dos discursos emitidos na época em relação ao projeto de sociedade e às instituições sociais. Tal fonte, que se caracteriza pelo seu caráter polêmico e por vezes passageiro, representa um produto cultural de sujeitos específicos em um determinado contexto histórico. Nesse sentido, CHARTIER (1992, p. 18) enfatiza que os historiadores da cultura devem criar suas próprias estratégias para lerem os textos com os quais trabalham, pois eles “*afetam o leitor de formas variadas e individuais. Os documentos que descrevem ações simbólicas do passado não são textos inocentes e transparentes; foram escritos por autores com diferentes intenções e estratégias*”. Os discursos articulados nos documentos devem ser compreendidos como *práticas de representação* e, como tais, são perspectivadas por uma posição determinada: a do sujeito que as produz enquanto também nelas se produz (CHARTIER, 1990).⁴

Portanto, na utilização destes dados, deve estar sempre presente a compreensão de que o impresso não é neutro e imparcial diante dos acontecimentos, informações e concepções. Ele serve “*como instrumento veiculador e manipulador de interesses públicos/privados, políticos/empresariais, culturais/ideológicos. Como instrumento veiculador e manipulador, está, portanto, destinado a atuar na vida social*” (ARAÚJO, 1998, p. 65). No entanto, ao materializar aspectos ideológicos que conferem a identidade de determinados grupos sociais, o impresso utilizado como fonte de pesquisa pode desencadear novas idéias que ampliam o sentido dos fatos estudados.

2. O periódico *A Palavra*

Em 1910, o arcebispado de Porto Alegre, sob a direção de D. Cláudio Ponce de Leão, num processo de difusão do *ultramontanismo*⁵, de descentralização da Igreja e de visível recuperação moral do clero,

⁴ Também fundamento minhas análises referentes à *ação dos sujeitos* a partir das idéias desenvolvidas por Pierre Bourdieu (1992) sobre *habitus* e por Michel de Certeau (1982) sobre *táticas de apropriação e estratégias de imposição de modelos culturais*.

⁵ Doutrina que defende o poder absoluto do Papa, tanto no aspecto material quanto no espiritual.

criou as primeiras dioceses do interior do estado do Rio Grande do Sul, com sede nas cidades de Pelotas, Santa Maria e Uruguaiana.⁶ As dioceses abrangiam o litoral e a campanha, regiões do estado em que era forte a atuação da Maçonaria, e onde predominava um clima de indiferença e até mesmo de franca hostilidade ao clero. A Igreja, por sua vez, encontrava-se com seus quadros desfalcados e desqualificados, apresentando um abandono, quase que por completo, da vida sacramental.

Na diocese de Pelotas, o bispo D. Francisco de Campos Barreto, que tomou posse em 1911, encontrou, como se pode observar nos relatórios de suas atividades que constam no periódico católico *A Palavra*, uma situação bastante desfavorável.⁷ Os poucos párocos que havia não davam conta de suas atividades, pois, além da forte propaganda anti-clerical e da completa desorganização das atividades sacramentais, era visível a falta de infra-estrutura de funcionamento das paróquias, que não dispunham nem mesmo de mobiliários adequados para a realização dos sacramentos.

Toda essa situação desestimulava a frequência dos fiéis às missas onde, até então, a participação estava restrita, basicamente, à presença feminina. Os homens iam somente na condição de “acompanhantes” e, como tais, dividiam os espaços das igrejas, fumando e colocando seus assuntos em dia, enquanto os sacerdotes tentavam conduzir as cerimônias religiosas. Portanto, foi necessário, inicialmente, um forte empenho no sentido de sua reorganização e moralização, estimulando não só a participação dos fiéis nas igrejas, mas, também, a uma postura de recolhimento e respeito.

Nesse sentido, a vida sacramental, principalmente a confissão, o matrimônio e a comunhão, receberam especial atenção das autoridades eclesiásticas e foram fundamentais no processo de coerção do poder da hierarquia religiosa sobre os fiéis.⁸

⁶ Ressalta-se que a diocese de Porto Alegre, que abrangia todo o Rio Grande do Sul, havia sido criada em 1848, tendo seu primeiro bispo somente em 1853. Até então, os poucos sacerdotes que atuavam na região estavam subordinados à diocese do Rio de Janeiro.

⁷ D. Francisco de Campos Barreto foi bispo da diocese de Pelotas até o ano de 1921, quando assumiu a diocese de Campinas.

⁸ Tendo por base o Relatório Geral da Diocese de Pelotas, o periódico *A Palavra* dos dias 20 e 28 de abril de 1918 tece considerações sobre o desenvolvimento religioso da Diocese, comparando os números de sacramentos realizados nos 6 primeiros anos de sua implantação: em 1911 foram realizados 300 casamentos religiosos; em 1917, 721; em 1912 havia 3976 alunos de catecismo; já em 1917, 6159; as comunhões aumentaram de 146.537 em 1912 para 333.971 em 1917.

É importante ressaltar, também, que a atuação do bispo D. Francisco teve resistência de parte do clero da diocese e de alguns fiéis, que se encontravam divididos quanto à idéia de supressão do *regalismo* e submissão da Igreja às determinações do Vaticano.

Sendo assim, logo que assumiu a diocese de Pelotas, o bispo tratou de criar uma forma de congregar os membros da Igreja e de atacar os seus inimigos. Utilizou-se daquela que vinha sendo a arma mais poderosa dos anticlericais: a imprensa. Considerava que se ela era o maior veículo de propagação das idéias anticlericais na cidade de Pelotas, seria por ela que a Igreja também passaria a agir, recolhendo seu rebanho e fazendo-o crescer.⁹

É assim que, em janeiro de 1912, surge A Palavra, um periódico quinzenal que foi editado ininterruptamente até 1959, órgão oficial de divulgação e propagação do catolicismo na diocese. Tendo por objetivo trazer “*informações religiosas e sociaes, tanto nacionaes como estrangeiras*”, ele era alardeado como sendo o “*defensor da causa católica*”, pois combatia as “*más doutrinas e as calúnias dos inimigos da Igreja e da verdade*” (A PALAVRA, 22.12.1912). Esses inimigos eram os maçons, os liberais, os positivistas, os protestantes, os espíritas, os anarquistas, os comunistas e todos aqueles que fossem contrários à supremacia da tradição católica no país.

O periódico tornou-se efetivamente um meio estratégico de inculcação ideológica da mitra diocesana, que passava a utilizá-lo como um veículo de propaganda do catolicismo com forte poder coercitivo sobre os quadros da Igreja e seus fiéis. Como se lê em vários exemplares, “*A Palavra expõe somente a verdade, somente o que deve ser seguido por todos os bons cristãos*”. É através dele que o bispo torna público os relatórios de suas atividades, bem como as cartas pastorais, que pregam o *ultramontanismo* e divulgam o posicionamento da Igreja sobre a realidade sócio-religiosa, referindo-se a assuntos como o poder do Papa, o ensino, o espiritismo, a imprensa, o matrimônio, o trabalho, o anticomunismo, dentre outros.

Buscando uma base de sustentação que garantisse a circulação do periódico católico em toda a diocese de Pelotas, D. Francisco criou a “Legião da Boa Imprensa”, que era composta de comissões de legionárias que se responsabilizavam pela arrecadação de novas assinaturas. De acordo com o regulamento da Legião, cuja sede situava-

⁹ Desde 1862, já circulava na diocese de Porto Alegre o jornal católico Estrela do Sul, sendo que muitos de seus artigos eram transcritos para A Palavra.

se em Pelotas, cada paróquia deveria ter a sua comissão, sendo estipulado um número mínimo de assinaturas por paróquia. O trabalho das legionárias e dos párocos era constantemente enaltecido pelo periódico, que publicava os seus nomes e os respectivos números de assinaturas por eles angariados. É provável que com isso se sentissem estimulados a se empenharem cada vez mais na propaganda e desenvolvimento daquela que era considerada uma “causa santa”.

Não resta dúvida de que o jornal aumentou a influência da Igreja junto à população, representando um instrumento que, diante da precariedade material e humana em que se encontravam algumas das paróquias, superava o púlpito quanto ao convencimento dos fiéis à expansão das idéias do catolicismo.

No segundo ano de circulação, A Palavra já tinha uma tiragem de 1200 exemplares. Constata-se, desde o início, a preocupação com o pagamento das mensalidades dos assinantes, bem como o incentivo à circulação do periódico entre a comunidade católica. Sua cobrança era realizada de forma bastante direta e enérgica. Em todas as décadas em que circulou o periódico, eram constantes as solicitações dos pagamentos em atraso e o chamamento para que fossem realizadas novas assinaturas.

3. O catolicismo junto à educação dos pelotenses: a oposição às escolas não-católicas e o ensino popular

Dos muitos assuntos que mereciam a preocupação da Igreja, a educação era um tema recorrente em todos os números do periódico católico. Dentro do processo de romanização, a Igreja Católica, no que dizia respeito à “educação cristã”, apresentava diretrizes extremamente coercitivas, determinando uma série de procedimentos a seus fiéis. Especificamente no que tange à educação escolar, obrigava-os a enviar seus filhos a escolas católicas e era categoricamente contrária ao ensino ministrado em escolas de ensino laico ou sob orientação de outras religiões.

Isso justifica o empenho da Igreja, que se observa desde os últimos anos do século XIX, em estimular, em todas as paróquias, a criação de escolas sob a orientação ou direção dos sacerdotes católicos. E justifica, também, a sua campanha para introduzir e monopolizar o ensino religioso nas escolas públicas.

Salienta-se que, quando foi criada a diocese de Pelotas, havia em toda ela 18 estabelecimentos “*em que a instrução e a caridade irmanadas são ministradas pelo espírito de congregações religiosas*” (A PALAVRA, 07.07.1912, p.4). Em 1934, 5.650 alunos eram atendidos por 29 estabelecimentos católicos de ensino existentes na diocese.¹⁰

O fim do ano escolar e a entrada de um novo ano era o período em que a Igreja procurava alertar os pais sobre os perigos de confiarem a educação de seus filhos a escolas que não fossem católicas. Era-lhes dirigido um veemente discurso com o objetivo de afastá-los da intenção de colocarem seus filhos em escolas que ministravam o ensino laico ou naquelas que estavam sob os auspícios de outras religiões. Tratava-se, segundo a Igreja, da salvação da alma, tanto dos pais quanto dos filhos: “*os pais que enviam seu filho ou sua filha a taes collegios [...] cometem gravíssimo pecado [...] Mandar instruir nelles os filhos, equivale a roubar-lhes a verdadeira fé e tornar-se assassino de suas almas*” (A PALAVRA, 21.03.1925). Os católicos que permitiam que seus filhos estudassem em escolas não-católicas ficavam, ainda, sob pena da excomunhão. Tal resolução fora tomada numa Conferência realizada em 1920 e respaldada pelo arcebispo metropolitano e os bispos das dioceses de Pelotas, Florianópolis, Santa Maria e Uruguaiana.

Os Colégios protestantes, tanto da capital gaúcha, como o Porto Alegre College e o Colégio Americano (pertencentes à Igreja Metodista Episcopal norte-americana), e o Colégio Cruzeiro do Sul (pertencente à Igreja Episcopal Brasileira), quanto o Colégio Santa Margarida, da Igreja Episcopal Brasileira de Pelotas, eram apontados como instrumentos de desnacionalização que abriam caminho para a dominação estrangeira no país, atentando contra a unidade pátria. Eram desencaminhadores da fé católica de seus alunos, pois, além de exercerem forte doutrinação, exigiam a participação do corpo discente nos cultos dominicais.

Diga-se de passagem, no entanto, que essa prática era muito presente nas escolas católicas. A afirmativa a seguir, do periódico A PALAVRA (26.02.1927), é bastante elucidativa a esse respeito:

¹⁰ Com o tempo, em função da expansão de escolas públicas municipais e estaduais, muitas dessas escolas católicas fecharam ou foram entregues ao poder público para que as administrasse. É importante lembrar também que, no período pós Segunda Guerra, a questão educacional para a Igreja já não tinha a mesma importância política do contexto anterior. O projeto educacional passou a ocupar um lugar secundário na política institucional, sendo que a Igreja foi buscar outros espaços como forma de manter sua influência doutrinária. Com o Concílio Vaticano II, a Igreja sofreu mudanças que indicaram novos rumos para a sua atuação junto à sociedade.

os paes dizem que em tal ou qual collegio protestante, espirita ou maçon, vae o filho instruir-se apenas e não educar-se ou aprender religião. É erro perniciosíssimo. Nenhuma religião faz collegio sinão para se propagar. E aquella que se encobre com essa capa de liberalismo de que faz collegio apenas para espalhar a instrução, mente para enganar. Com a instrucção formam-se as idéas segundo as quaes se vão modelando nas almas das creanças os hábitos e costumes com que ellas hão de tomar conta de si mesmas e entrar na vida social; as idéas religiosas, como as idéas políticas e sociaes, que são de si imperativas na humanidade, infiltram-se insensivelmente na alma do discípulo, ao contacto, estima e amizade do mestre e formam o alicerce sobre que se levantará no homem de amanhã a sua vida moral consciente.

A imprensa católica pelotense cita nominalmente somente o colégio feminino Santa Margarida, embora houvesse outras instituições ligadas a religiões protestantes, como o Colégio Alemão e o Colégio Batista, entre outros. Pela nota a seguir, pode-se ter uma idéia do quão incisiva era a Igreja Católica no que se referia ao Colégio Santa Margarida:

Lembramos mais uma vez, que os catholicos não podem pôr os seus filhos no Collegio “Santa Margaria”, que é protestante. Si o fazem, peccam gravemente e ficam sujeitos à pena de excomunhão. Acima do modo de pensar de quem quer que seja, opinando não haver mal em levar os filhos para collegio protestante, está o pensar e a ordem da Igreja, única competente para ajuizar sobre o caso. Quem não se conforma com a decisão da Igreja, é um rebellado, um inimigo de Deus (A PALAVRA, 07.06.1936).

Sob regime de internato, semi-internato e externato, o Colégio Santa Margarida passou a concorrer com o Colégio católico São José, pois as moças que lá estudavam tinham um status social mais elevado. O Santa Margarida, já em 1934, oferecia, também, jardim de infância para meninos e meninas de 3 a 6 anos. Seu novo prédio, onde funciona até os dias de hoje, foi inaugurado em 1936. Pela nota a seguir, tem-se uma idéia sobre a formação de seu corpo docente:

Embarcou para a Europa, em gozo de férias, a senhora Hedy Sergel, formada pela Universidade de Cambridge, Inglaterra, fundadora do Colégio Santa Margarida [...] Assumiu a

direção desse educandário a talentosa professora Elsie O'Connor, formada na London University e na Sociedade Real de Professoras da Inglaterra. [...] A vice-diretora do Santa Margarida é a diaconisa Bernice Cartwright, educadora também de grande cultura, formada nas afamadas Universidades de Wisconsin e Colômbia, dos Estados Unidos. Essas laureadas educadoras auxiliadas por 17 professoras diplomadas por estabelecimentos oficiais de nosso estado, formam agora o corpo docente do Colégio Santa Margarida, o novel educandário que enobrece a cidade de Pelotas (OPINIÃO PÚBLICA, 15.07.1938, p. 2).

A educação rigorosamente científica, imbuída de neutralidade religiosa proposta pelas escolas públicas de educação laica, também era bastante questionada pela Igreja, sendo identificada como a causadora “da degeneração social, do despreparo intelectual e moral da mocidade”, como se pode observar nesse trecho de um artigo do Padre Leonel Franca:

O laicismo pedagógico é a mutilação do homem; é a separação entre a instrução e a educação; a descontinuidade entre o lar e a escola; o dualismo entre a consciência religiosa do homem e a consciência social do cidadão. A instrução fica decapitada do que lhe constitui a coroa indispensável depois de lhe ter servido de fundamento insubstituível. Durante todo o período de formação da criança, a escola leiga ou neutra não atinge o que há de mais essencial e profundo no homem: a consciência (A PALAVRA, 16.10.1932).

Em inúmeros artigos do periódico católico pelotense, é discutida exaustivamente a importância da implantação do ensino religioso facultativo nas escolas.

Alcançada essa concessão, que foi respaldada em nível constitucional em 1934, a Igreja passou a centrar seus esforços no crescente monopólio escolar exercido pelo governo, através do incentivo às escolas de ensino público em detrimento das confessionais. Mas, em se tratando de orientação aos pais, A Palavra somente alertava quanto às deficiências do ensino ministrado nas escolas públicas da cidade, sem identificá-las pelo nome.

Da mesma forma, não passa despercebido o empenho da Igreja em exercer influência sobre o ensino público através de professores fortemente ligados ao catolicismo. Por sua vez, no período estudado,

ainda eram poucos os professores leigos que trabalhavam nas escolas católicas, já que estas tinham a maioria de seu corpo docente preenchido por representantes religiosos das irmandades.

A co-educação, ou seja, aquela praticada em estabelecimentos de ensino que atendiam conjuntamente meninos e meninas, sendo um dos ideais laicistas, também era bastante combatida pelos educadores e moralistas católicos, como se pode observar a seguir:

O criador ordenou e dispôs a convivência perfeita dos dois sexos somente na unidade do matrimônio e, gradualmente distinta, na família e na sociedade. Além disso, não há na própria natureza, que os faz diversos no organismo, nas inclinações e nas aptidões, nenhum argumento donde se deduza que possa ou deva haver promiscuidade, e muito menos igualdade na formação dos dois sexos. Estes, segundo os admiráveis desígnios do Criador, são destinados a completar-se mutuamente na família e na sociedade, precisamente pela sua diversidade, a qual, portanto, deve ser mantida e favorecida na formação educativa, com a necessária distinção e correspondente separação proporcionada às diversas idades e circunstâncias. Aplique-se estes princípios no tempo e lugar oportunos segundo as normas da prudência cristã, em todas as escolas, nomeadamente no período mais delicado e decisivo da formação qual é o da adolescência (A PALAVRA, 04.05.1945).

Para a Igreja, tendo por base a Encíclica *Divini Illus Magistri* do Papa Pio XI, de 1929, que considerava ser um erro perigoso para a educação cristã o chamado método de co-educação, a familiaridade entre os sexos propiciaria a promiscuidade, facilitando a “eclosão das más paixões, de fatos imorais e de incidentes sentimentais”.

Logo que assumiu o bispado, D. Francisco, preocupado com a expansão do catolicismo junto à “classe laboriosa”, fundou a União Pelotense, que disponibilizava a seus sócios o ensino popular gratuito. Este ensino constituía-se em aulas noturnas, destinadas ao sexo masculino de todas as idades, que eram ministradas no Ginásio Gonzaga, além de conferências históricas e apresentações teatrais, que ficavam sob responsabilidade do “grêmio dramático”.¹¹

¹¹ As aulas noturnas gratuitas destinadas aos segmentos proletários da sociedade eram incentivadas pelos jesuítas que também criaram um curso em Florianópolis e, em 1915, em Porto Alegre, vinculado ao Colégio Anchieta (TAMBARA, 1995, p. 445).

Conforme A PALAVRA de 15.12.1912, a frequência às aulas nesse ano havia sido de mais de 250 alunos, sendo que não foi maior devido ao fato de que muitos operários trabalhavam até altas horas da noite. Para as operárias, sabe-se que havia, também, o Colégio D. Barreto, criado pelo bispo D. Francisco Barreto.

Aos pobres, segundo A PALAVRA de 23.02.1918, havia, também, os Colégios Santa Philomena (destinado às meninas), Sagrado Coração de Jesus e São Francisco de Paula (mantidos o primeiro, pelo bispado, e o segundo, pela Irmandade do Santíssimo, destinados aos meninos). Aqueles que podiam pagar tinham à sua disposição o Ginásio Gonzaga, os Colégios São José e São Francisco de Assis e o externato Santa Ignez.

Na realidade, o denominado ensino popular era considerado pelos católicos uma arma poderosa para o triunfo dos seus ideais, uma obra de saneamento moral que produzia ótimos resultados, extirpando muitos falsos preconceitos, calando ódios violentos e combatendo o ateísmo. Servia, também, para instruir o povo sobre a ação social do catolicismo, sobre os benefícios que a Igreja trazia aos trabalhadores (A PALAVRA, 04.10.1914).

No entanto, a questão da gratuidade absoluta nas escolas é apontada nesse periódico como um grande bem que não deveria ser generalizado, pois ela poderia levar ao desinteresse dos pais pela escola e propiciar o caminho livre para que alguns governos, os quais instituíam o ensino leigo e gratuito, inculcassem princípios anticristãos junto aos jovens:

a gratuidade é apenas uma ficção. O governo sustenta o ensino, é incontestável, mas tira os fundos do thesouro público alimentado pelos contribuintes. Essa ficção dissimula uma realidade: a pretensão monstruosa do Estado atheu que encarrega o pae de atender as necessidades corporaes do seu filho mas que reserva a si próprio o direito de incutir-lhe as suas ideas e pensamentos (A PALAVRA, 23.13.1923, p. 2).

A preocupação com a questão operária aparece no periódico católico desde os seus primeiros anos, havendo, até mesmo, uma coluna intitulada “Crônica Operária”. Nela, a Igreja já se colocava contrária às organizações trabalhistas de cunho socialista.

Nesse amplo contexto de oposição da Igreja ao processo de modernização, laicização e secularização da sociedade, que já se vinha

desenvolvendo num período bem anterior ao século XX, não só os maçons eram considerados os grandes inimigos do catolicismo, mas também os comunistas.¹²

Principalmente a partir dos anos 30, com a desarticulação da Maçonaria imposta pelo governo de Vargas, a Igreja brasileira desenvolve uma intensa campanha anticomunista. As ações fundamentadas no materialismo empreendidas por comunistas, socialistas e anarquistas, assim como seu projeto de sociedade, opunham-se frontalmente ao espiritualismo da Igreja, que os via como um caminho para a desmoralização dos costumes e destruição dos valores religiosos, da família e do amor à pátria.

A necessidade de combater a laicização e a secularização, assim como os movimentos que as defendiam, como pode ser comprovada através da análise da imprensa católica, aproximou a Igreja do nazifascismo, do anti-semitismo e do Varguismo. Desde os anos 20, muitas são as manifestações da Igreja favoráveis a Mussolini por defender seus interesses (entre eles, a implantação do ensino religioso nas escolas públicas italianas) e opor-se à Maçonaria e ao comunismo. A admiração da Igreja pela figura de Mussolini pode ser comprovada no trecho a seguir transcrito do periódico A PALAVRA (02.06.1923):

Mais uma de Mussolini. Quem nos dera ter um homem como esse! Sem temor algum oppoz-se elle a maçonaria, excluindo das fileiras do fascismo todos os maçons. Agora para dar um golpe certo no socialismo, aboliu o 1º de maio, que como o 14 de Julho é uma festa revolucionária e anarchista (o que afinal muitos ignoram!) e transferiu a festa do trabalho para o dia 21 de Abril, data da fundação de Roma. Com o que elle não bolee é com a igreja, que elle respeita e quer ver respeitada por todos, ao contrário desses estadistas de borra que a perseguem de todos os modos.

¹²RODEGHERO (1998) apresenta um interessante estudo sobre o imaginário anticomunista e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul nos períodos de 1945 a 1964. *“Uma das primeiras referências condenatórias ao comunismo e ao socialismo, expressa na encíclica Quanta Cura de 1864, denuncia o desejo do funesto erro do comunismo de eliminar a religião do âmbito familiar. O comunismo, segundo a encíclica, defende que é somente da lei civil que emanam e dependem os direitos dos pais sobre os filhos e o direito de instrução e educação. Assim, seus defensores eram criticados por pretenderem eliminar a influência da Igreja Católica sobre a educação da juventude e por humilharem o clero, proclamando-o inimigo do progresso, da ciência e da civilização”* DEZINGER apud RODEGHERO (1998, p.47).

Mussolini era visto como um homem com a “*coragem insigne de romper com todas as tradições anti-clericais dos governos passados*” (A Palavra, 25.09.1926). Alguns trechos de seus discursos, comentados em artigos do periódico, como se observa a seguir, apontavam os benefícios do regime fascista para a religião católica na Itália:

Bem merece ser declarado, como o fez Mussolini, a 7 de abril passado, algumas horas depois do atentado contra elle dirigido: “*Nós representamos um princípio novo no mundo; representamos a antítese clara, categórica, definitiva, do mundo da democracia, da plutocracia, da maçonaria, em uma palavra, do mundo dos chamados princípios immortaes de 89. Assim sendo não vos haveis de surprehender de que todo mundo desses immortaes princípios da fraternidade sem nada de fraternal, da igualdade desigual, da liberdade que vive de caprichos, haja-se colligado contra nós*”. É preciso, com effeito, notar que entre os principaes inimigos do fascismo alistam-se o communistas, os socialistas, os franco-maçons, os sectários cegos e impenitentes das nefastas “*liberdades modernas*”. A mesma violência desses ódios é um eloqüente elogio da obra do fascismo; permite também medir o abysmo em que estava em risco de cahir um grande paíz catholico. Sem a intervenção providencial de Mussolini, a Itália seria hoje por certo um foco de revolução e uma ameaça para todo o Occidente; e facilmente se entrevêem as graves consequências que disto resultariam para a Santa Sé e para a Igreja (A Palavra, 25.09.1926).

Nesse contexto, em Pelotas, os judeus¹³, maçons e espíritas, não raras vezes, eram apontados no periódico católico como defensores do comunismo, sendo, portanto, “inimigos da Igreja”. O anticomunismo católico, que levou a ação da Igreja aos meios operários, neutralizando o extremismo de esquerda, foi fundamental para a aproximação do catolicismo ao governo de Getúlio Vargas. Governo que, com a implantação do Estado Novo, perseguiu e proibiu o funcionamento de Centros Espíritas e de Lojas Maçônicas, sob a alegação de que eram núcleos utilizados por comunistas para as suas reuniões. Conforme LONER (1999, p. 425), a Igreja Católica, “*de uma só vez, foi agraciada*

¹³ Lê-se no periódico A Palavra de 24.04.1932: “*A policia de S. Paulo vem de realizar uma diligência proveitosa: apurou que os judeus ali domiciliados fazem intensa propaganda comunista [...]Para quem conhece a força do judaísmo na Rússia, a notícia não surpreende, mas vale por uma advertência aos nossos governantes e à nossa gente*”.

com a perseguição estatal a três de seus principais adversários de então: os comunistas, os espíritas e os maçons.”

Por outro lado, quando, em 1942, no contexto da 2ª Guerra Mundial, o Brasil declarou guerra à Alemanha, o governo ditatorial de Vargas, com forte apoio da Igreja Católica, empreendeu uma intensa “campanha de nacionalização” cujo principal alvo eram os representantes da cultura ítalo-germânica. Na realidade, ao combater o nazismo e tentar impedir a prática de religiões que poderiam estar a ele vinculadas, como o luteranismo, a Igreja católica buscava consolidar seu poder de atuação.

3 As organizações político-religiosas e a educação.

Visando estabelecer aspectos sobre a política educacional católica pelotense, serão abordados a seguir alguns dos movimentos político-religiosos da cidade.

a) A União de Moços Católicos (UMC)

A UMC foi fundada em Pelotas em 1932 seguindo um movimento que já vinha sendo desenvolvido no país. Tendo em comum o lema “Deus e Pátria”, sua finalidade era a de reunir a mocidade católica para orientá-la nos princípios cristãos, sociais e cívicos, propagando a religião católica, auxiliando nas obras sociais da Igreja e combatendo os grandes inimigos da Igreja: a Maçonaria e o Comunismo. Nesse sentido, a UMC propunha-se a realizar reuniões freqüentes dos associados, bem como excursões, congressos, conferências, discursos e palestras sobre assuntos religiosos e patrióticos; manter cursos, bibliotecas, jornais e revistas para instrução dos sócios e da mocidade em geral; prestar aos sócios, quando possível, assistência médica, dentária e jurídica (A PALAVRA, 23.08.1930).

Quando da fundação dessa agremiação, o periódico católico conchama aos jovens que combatam o comunismo e o anarquismo que

como avalanche se precipita sobre os povos organizados”, alertando que “não é só ao Poder público que compete zelar pelo interesse e harmonia da coletividade brasileira, a nós todos também é lícito trabalhar para o mesmo fim para que a sociedade fique livre, completamente livre desse cancro que, desde longos anos, vem destruindo com a sua ação

demolidora os organismos sociais e fazendo a desgraça dos povos (A PALAVRA, 03.03.1932).

b) O Círculo Operário Pelotense (COP)

A Igreja Católica, preocupada em dar assistência espiritual e social aos operários brasileiros e principalmente visando conter a infiltração do comunismo junto aos meios proletários – o que vinha ao encontro dos interesses do governo populista – passou a criar, no início dos anos 30, os círculos operários. Eles constituíam-se em um tipo de associação paralela aos sindicatos de trabalhadores, tendo por objetivo orientar sua atuação.

Fundado oficialmente em 01.05.1932, pelo Pe. Brentano - capelão do Ginásio Gonzaga – o COP foi o primeiro dos círculos operários do Brasil.

O COP mantinha mecanismos que visavam ao auxílio aos trabalhadores, tais como: atendimento médico e jurídico gratuito; distribuição de remédios; criação de uma vila operária, de uma padaria com preços inferiores ao do mercado, de uma casa de saúde e de um colégio. No colégio de ensino primário, que chegou a matricular 280 alunos, sob o sistema de semi-internato, eram admitidos meninos de 7 a 13 anos que eram atendidos por professores municipais (TAMBARA, 1993).

Dessa forma, esse foi mais um estabelecimento educacional católico que disponibilizava ensino gratuito à parcela mais carente da população pelotense, representando um espaço promissor para que a Igreja consolidasse seu ideário.

c) Liga Eleitoral Católica (LEC)

Sob o beneplácito do arcebispo do Rio de Janeiro D. Sebastião Leme e do episcopado nacional, foi fundada, em 1932, a LEC, inspirada nos preceitos das Pastorais Coletivas de 1910 e 1915, que já previam a existências dessas Ligas no país.¹⁴ Estando acima dos partidos políticos, objetivava a arregimentação e orientação do eleitorado católico em torno da candidatura de constituintes favoráveis às pretensões da Igreja, que pertencessem a partidos que “não infringissem os deveres da consciência

¹⁴ Sobre o assunto, ver, entre outros, LUSTOSA (1983).

religiosa”. Os estatutos da LEC tinham como alguns dos pontos de seu programa: o combate ao ensino religioso facultativo nas escolas, o reconhecimento de efeitos civis sobre o casamento religioso, a assistência religiosa nos quartéis, presídios e hospitais e o combate ao divórcio.

Em Pelotas, a LEC foi bastante atuante, desenvolvendo um trabalho de orientação e organização de juntas locais em todas as paróquias da diocese.

d) Associação Católica de Professores de Cultura Social (ACPCS)

A ACPCS, liderando uma campanha de formação moral, religiosa e intelectual no meio social pelotense, surgiu, em 1934, a partir da fusão da Associação de Professores Católicos (que já existia há um ano) como a filial do Centro D. Vital, do Rio de Janeiro, que estava se constituindo na cidade. Serviu-lhe inicialmente de sede, um dos salões da Bibliotheca Pública Pelotense.

Essa Associação mantinha o funcionamento de aulas (Apologética, Literatura e Alemão), cursos e serões literários quinzenais, onde seus associados debatiam temas proferidos por palestrantes do grupo. Os assuntos eram os mais variados: estrangeirismos na linguagem, a Escola Nova e a Igreja, a “Liga Brasil Unido”, o espiritismo e o uso ilegal da medicina, a necessidade sociopsicológica do ensino religioso nas escolas, a Idade Média, entre outros. A ACPCS manteve suas atividades até 1938, voltando a funcionar em 1949, oferecendo cursos de Filosofia, Latim, Inglês, Francês e Italiano aos professores do município.

Pode-se afirmar que a atuação da ACPCS foi fundamental na campanha para implantação do ensino religioso e disseminação do catolicismo nas escolas públicas pelotenses, pois representou um elo de ligação e de organização dos professores em torno dos interesses da Igreja no que diz respeito à educação.

3. Palavras finais

Desde o século XIX e, fundamentalmente, nas primeiras décadas do século XX, a Igreja Católica combatia a laicização e a secularização e, por extensão, todos os movimentos político-sociais e culturais que defendessem essas idéias. Ela os considerava como seus “inimigos mortais” pois, em sua ótica, pregavam o ateísmo, uma vez que

propunham formas de pensar a realidade que não estavam sujeitas ao seu controle doutrinário. Sua principal arma contra a modernidade foi a política ultramontana, que compreendia a centralização institucional em Roma.

Nesse sentido, a educação tornou-se um elemento extremamente importante para a Igreja que, entre outras determinações, passou a obrigar seus seguidores a freqüentar somente escolas católicas. Essa seria uma forma de reforçar os preceitos do catolicismo junto às famílias, aumentando o controle doutrinário da Igreja.

Tendo por base a idéia de superioridade numérica dos católicos no Brasil e com o objetivo de consolidar a supremacia ideológica e a hegemonia política da Igreja, a hierarquia católica, juntamente com suas elites intelectuais, promoveu a criação de agremiações políticas que passam a fazer frente a certos segmentos da sociedade que ofereciam forte resistência à sua atuação.

Em Pelotas, acompanhando uma tendência organizacional do catolicismo no país, nas duas primeiras décadas da instalação da diocese, houve uma maior preocupação com as atividades clericais e aquelas voltadas para a educação, ligadas fundamentalmente a propagação da “boa imprensa” e à criação de estabelecimentos de ensino que atendessem várias camadas da sociedade. Ressalta-se que o periódico *A Palavra* foi um importante veículo de divulgação e propagação do catolicismo na diocese.

Será somente a partir da década de 1930 que se organizarão, no meio católico, diversos movimentos políticos, em sua maioria partidários e simpáticos às idéias fascistas e anticomunistas. Tal fato é consequência da conjuntura nacional pós-30, quando é possível observar-se uma rearticulação partidária em que os grupos urbanos buscam uma maior participação política. Partidos tradicionais que defendem interesses de grupos mais conservadores, como os ligados ao catolicismo, passam a enfrentar a concorrência comunista assim como as propostas trabalhistas do governo.

Portanto, a Igreja não se limita ao estritamente religioso e se expande através de sua atuação junto aos meios políticos, sociais, educacionais e culturais.

Nesse processo de articulação da Igreja Católica via movimentos político-partidários, a educação passa a ser, então, um tema fundamental.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Giana Lange do. *O Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: uma face da história da educação em Pelotas*. Pelotas: Seiva Publicações, 1999. (Série História da Educação em Pelotas, nº 1).

AMARAL, Giana Lange do. *Gatos Pelados x Galinhas Gordas: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas (décadas de 1930 e 1960)*. Tese de doutorado. PPGEduc/UFRGS, Porto Alegre, 2003.

A PALAVRA, Pelotas (1912 a 1959)

ARAÚJO, José C. S. e outros. Educação, Imprensa e Sociedade no Triângulo Mineiro: A Revista A Escola (1920-1921). In: *História da Educação/ASPHE*. FaE/UFPeI. Nº3, vol.2. Abril, 1998. Ed. da UFPeI.

BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. Textos, impressão e leitura. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

DIAS, Romualdo. *Imagens de ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil*, São Paulo, UNESP, 1996.

LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: Mobilização e Organização em Pelotas- 1888-1937*. Tese de doutorado. UFRGS-Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto alegre, 1999.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (org). *Igreja e política no Brasil (do Partido Católico à LEC (1874-1945))*. São Paulo, Loyola, 1983.

MOURA, Pe. Laércio Dias de. *A educação católica no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

TAMBARA, Elomar. *Positivismo e Educação - Educação no Rio grande do Sul sob o Castilhismo*. Pelotas, RS: Ed. Universitária, UFPeI, 1995.

TAMBARA, Elomar. A Formação Ideológica do Trabalhador na Diocese de Pelotas - RS: a Consolidação do Ultramontanismo (1910-20). *Cadernos de Educação*. Faculdade de Educação - UFPel ano 5, nº6, junho, 1996.

Giana Lange do Amaral é graduada em História pelo ICH/ UFPel, mestre em Educação pela FaE/UFPel e doutora em Educação pelo PPGEduc/UFRGS. Trabalhou na rede pública e privada de Pelotas em escolas de ensino fundamental e médio. Atualmente é professora no Departamento de Fundamentos da FaE/UFPel e pesquisadora do CEIHE (Centro de Estudos e Investigações em História da Educação) que funciona junto à FaE/UFPel.
E-mail: giana@ufpel.edu.br

Submetido em: 09/08/06 | Aceito em: 24/10/06